A ECONOMIA POLÍTICA DO TERCEIRO MUNDO ENTRE 1955 E 1979.

BERNARDO KOCHER
Prof. Adjunto de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense
Sub-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense

TEXTO A SER SUBMETIDO PARA A SEGUINTE COMISSÃO:
METODOLOGIA E HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO
02. História do Pensamento Econômico

Resumo:
Desde o primeiro encontro de países "afro-asiáticos", em 1955, na cidade Indonésia de Bandung, a temática econômica esteve presente em meio às tensões da Guerra Fria e da Descolonização. Com a evolução deste associativismo, posteriormente conhecido sob a denominação de "Terceiro Mundo", a questão econômica do "desenvolvimento" foi crescendo de intensidade nas preocupações dos governantes das jovens nações. O ponto máximo desta perspectiva ocorreu nos anos setenta, quando a Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) tentou alterar os marcos que regiam o funcionamento da economia internacional definida no entorno das decisões da Conferência de Bretton Woods (1944). Tal situação perdurou até 1979, quando novas condições de funcionamento da economia mundial geraram a perda da "efetividade" da NOEI.

Palavras-Chave:
Economia Política
Economia Internacional
Terceiro Mundo
Nova Ordem Econômica Internacional
Desenvolvimento

A – DE BANDUNG A ARGEL (1955-1965)

Não foram os encontros e acordos assinados em Teerã (1943), Ialta e Potsdam (1945) que definiram a realidade internacional da segunda metade do século XX. Entre os dias 24 e 29 de abril de 1955 em Bandung, cidade da Indonésia, vinte e nove países[1] marcaram de forma definitiva o fim do monopólio das grandes potências na condução das relações internacionais. A presença de expressivo número de governantes no encontro demonstra que a Conferência de Bandung ensejou transformações nas relações internacionais tanto quantitativas (aumento expressivo de atores no cenário internacional) quanto qualitativas (criação da capacidade de interferência dos países menos poderosos no sistema internacional).

A importância da Conferência de Bandung foi máxima. Ela buscou a formação da identidade e soberania nacionais das jovens nações independentes em meio à existência de forças poderosas que no interior da (nova) Guerra Fria e do (velho) colonialismo procuraram atrair e/ou manter os novos atores internacionais vinculados aos seus respectivos campos. O encontro também foi expressivo na medida em que a libertação nacional de apenas parte do mundo afro-asiático expunha os países independentes ao conflito bipolar e dificultava a própria marcha da descolonização. A independência das demais áreas colonizadas poderia, na perspectiva dos promotores do encontro, criar um contrapeso capaz de abrigar os recém-chegados no cenário internacional sem a pressão de arrasto para o interior de um dos blocos.

Pela primeira vez os representantes dos povos africano e asiático tratavam de si e dos problemas que lhes diziam respeito, transformando-se em um novo ator coletivo. Este construirá ao longo do tempo sua identidade enquanto ente social específico, apesar de sua composição política, cultural, econômica e ideológica ser das mais heterogêneas. Este novo ator enfrentará uma agenda complexa e variada que compreenderá: a) a **descolonização; b)** a **Guerra Fria;** e, c) **questões econômicas** (basicamente as voltadas para a busca do desenvolvimento econômico).

A reunião de representantes de povos africanos e asiáticos teve que responder a diversos desafios. Um destes, segundo Immanuel Wallerstein, era que a atenção dispensada para as áreas coloniais pelas forças políticas dominantes era mínima. Assim,

---

[1] Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, China (República Popular), Costa do Ouro (futura Gana), Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Iraque, Irã, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, Vietnã (República Democrática – Norte), Vietnã (República do – Sul) e Yemen.

"ninguém levava a sério o Terceiro Mundo como protagonista político no palco mundial – nem os Estados Unidos, nem a União Soviética, nem as antigas potências coloniais da Europa Ocidental. Qualquer reclamação causava surpresa e quem reclamava era aconselhado a ter paciência, apelando-se para uma versão em nível mundial da teoria segundo a qual o bolo deve crescer primeiro para que depois sobre um pedaço para os menos favorecidos."[2]

O fermento organizacional manifesto na Conferência de Bandung nasceu de ações institucionais no interior da ONU. Questões como a repulsa ao *apartheid* sul-africano e a denúncia da questão dos refugiados da Palestina (que viviam de forma precária após a expulsão das suas terras em 1948) foram dois dos elementos catalisadores iniciais da união destes novos países independentes. Em 1954 o grupo afro-asiático atua como mediador nas discussões que encerraram a Guerra da Coréia. Neste mesmo ano os "Cinco de Colombo",[3] formado na Conferência de Bogor, Indonésia, propuseram uma reunião mais ampla, uma Conferência Afro-Asiática.[4] Ainda na organização prévia do encontro ressaltamos a viagem do primeiro-ministro Chou En Lai à Índia em 24 de abril de 1954. A visita gerou a assinatura de um acordo em que se delineava as principais estruturas da proposta de não-alinhamento, os "Cinco Princípios de Coexistência Pacífica", o *Pan Shila*, cinco princípios do budismo que se transmitiram para a ideologia não-alinhada. Os elementos centrais desta filosofia que se transmitiram ao acordo são: a) respeito mútuo da integridade territorial e da soberania dos países; b) não agressão; c) não intervenção em assuntos internos; d) igualdade e benefícios mútuos; e) coexistência pacífica.

Sem deixar de ser uma ordem bipolar, as relações internacionais a partir daquele histórico encontro foram definitivamente alteradas pelo "**neutralismo**" imposto aos dois blocos de poder. Isto obrigou EUA e URSS a uma mudança da rota de colisão que a bipolaridade anunciava. Capitalismo e comunismo tiveram que considerar mais detidamente a perspectiva libertária anunciada em Bandung, iniciando uma forte competição para angariar e/ou manter o apoio dos países envolvidos com a luta pela expulsão do poder colonial. A URSS saudou as resoluções do encontro de 1955 quando em viagem de Nikita Kruschev e M. Boulganine a países do sudeste asiático. Eles deram as boas vindas ao surgimento de uma "terceira força", neutra e anticolonialista, declarando

---

[2] WALLERSTEIN, Immanuel. "A Guerra Fria e o Terceiro Mundo: os bons e velhos tempos?" IN: WALLERSTEIN, Immanuel. Após o Liberalismo. Em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis, Vozes, 1995, p. 22.

[3] Birmânia, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão.

[4] LENTIN, Albert-Paul. "De Bandung a Havana." IN: SANTIAGO, Theo. Descolonização. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 39.

sua adesão aos princípios do *Pan Shila* defendidos em Bandung. O país passou a fornecer auxílio material aos países da região, como a oferta de aço para a Índia e o envio de auxílio de técnicos para a Birmânia. O capitalismo, afrontado no processo de descolonização acelerada anunciada em Bandung, enfrentou problemas mais delicados para tratar do assunto. Em primeiro lugar exigiu que o "neutralismo" não fosse efetivo, impondo dificuldades para que as nações tornadas independentes não ficassem sob o manto da influência do bloco comunista. Foi expressiva a conclusão de um dirigente do país, o Secretário de Estado John Foster Dulles, ao questionar categoricamente a principal conclusão da reunião afirmando: "O neutralismo é imoral". Em segundo lugar, os interesses econômicos das empresas norte-americanas formaram uma consideração a mais na diplomacia do governo daquele país. Em muitos momentos a potência líder do bloco ocidental foi obrigada a orientar suas prioridades de ação em função da Guerra Fria e dos interesses econômicos de suas empresas, e não do anticolonialismo que vinha sendo defendido por este país desde o fim da 2ª. Guerra Mundial.

Ficava clara, assim, a existência de um novo tipo imperialismo, o norte-americano. Este não mais seria efetivado por métodos coloniais, mas, partindo da situação de luta pela libertação nacional (ou mesmo quando estas já estavam solucionadas, através da consolidação de países independentes), construía-se uma forte influência daquele país sobre as áreas em que Bandung procurou libertar.

É desta base que devemos tomar o início de nossa análise: o da assunção da hegemonia do capitalismo pelos EUA após a derrocada do poderio europeu e da 2ª. Guerra Mundial. Dentro deste processo encontraremos os verdadeiros e fatídicos percalços de constituição, apogeu e crise do projeto político de um Terceiro Mundo unido e próspero. As esperanças do encontro de 1955 encontrarão seus verdadeiros limites neste contexto. Nos anos sessenta e setenta o capital político acumulado pela luta anticolonial se consolidará na realização de periódicas reuniões do Movimento de Países Não-Alinhados (MPNA), das Conferências das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), na organização dos países subdesenvolvidos em seu interior – o G77 - e na elaboração de um diagnóstico oriundo das próprias antigas potências coloniais sobre esta problemática, o Relatório Brandt.[5] Estas conferências e análises, também cheias de esperança, serão produto da convergência das dimensões acima citadas. O "diálogo norte-

[5] Devido a exigüidade de espaço estaremos tratando nesta comunicação unicamente o desenrolar dos acontecimentos no interior das reuniões do MPNA.

sul" penetrou na agenda internacional coroando de êxito as premissas pacifistas da Conferência de Bandung.

A concretização prática dos preceitos necessários para entabular um processo de desenvolvimento econômico global pautado nestes princípios não foi, no entanto, viabilizada. É sobre o conjunto de circunstâncias que gerou **uma agenda econômica internacional específica, bem como os impasses para a sua implementação**, que versa esta comunicação.

- . -

Mais do que uma proclamação de independência dos povos ainda colonizados, a Conferência de Bandung fez ecoar um chamado em favor da complementação prática dos princípios que inauguraram a ONU dez anos depois da sua constituição. Caracterizaremos tal ato como o de um apelo pela **aplicação efetiva do welfare-state[6] às relações internacionais por parte dos povos que iniciavam sua vida independente**. A instituição da ONU revigorou as relações internacionais após o fiasco da Liga das Nações, mas foi tragada por fortíssimas ondas desestabilizadoras trazidas pela Guerra Fria e pelo início do processo de descolonização.

A descolonização do mundo afro-asiático partiu desta realidade, espremida pelo lapso deixado pela criação e a não realização dos princípios de uma ordem internacional – econômica e política - democrática. Como não existia a disposição prática das metrópoles em efetivar o processo de descolonização, a ONU assumiu um papel expressivo ao dinamizar as lutas de libertação nacional. Ela canalizou um imenso volume de energia em favor da independência. Basta ver o conteúdo do art. 1º., parágrafo 2o. da Carta das Nações Unidas de 28 de junho de 1945, que propõe "desenvolver as relações amistosas entre as nações baseadas no respeito dos princípios da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos".[7] Como explicar a continuidade do colonialismo perante este dispositivo?

Vejamos os dez pontos presentes na declaração final da Conferência de Bandung: 1) respeito dos direitos humanos fundamentais, conforme os fins e os princípios da Carta

---

[6] Entende-se por welfare-state a política de intervenção estatal na economia com inspiração keynesiana. Esta foi acompanhada de uma prática política democrática na política interna. Mas, simultaneamente, o estabelecimento do welfare-state não foi seguido de práticas intervencionistas nas relações econômicas internacionais nem de, como estamos vendo, de mecanismos democráticos entre as nações não pertencentes ao conjunto de países mais desenvolvidos.

[7] Citado por MADRIDEJOS, Mateo. Colonialismo e Neocolonialismo. Rio de Janeiro, Salvat Editora, 1979, p. 57, de onde foram retiradas as informações que se seguem.

das Nações Unidas; 2) respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações; 3) reconhecimento da igualdade de todas as raças e da igualdade de todas as nações, grandes e pequenas; 4) não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outros países; 5) respeito do direito de cada nação a defender-se individual ou coletivamente conforme foi estipulado na Carta das Nações Unidas; 6) 6A) recusa de todo o pacto de defesa coletiva destinado a servir os interesses das grandes potências, seja quais fores, e, 6B) recusa de toda a pressão que uma potência pretenda exercer, seja qual for a potência; 7) abstenção de atos ou ameaças de agressão, ou de emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país; 8) solução de todos os conflitos por métodos pacíficos, tais como a negociação ou conciliação, arbitragem e acordo perante tribunais, assim como pelo emprego de outros meios pacíficos que os países interessados poderão escolher, conforme a Carta das Nações Unidas; 9) estímulo dos interesses mútuos e da cooperação; e, 10) respeito à justiça e às obrigações internacionais.

Concluímos, pela análise dos pontos acima, que Bandung buscou uma afirmação dos princípios firmados na constituição da ONU e, simultaneamente, atuou contra vários dos principais países instituidores desta mesma instituição. Os dez pontos exigiam a democratização das relações internacionais através da derrogação de práticas coloniais bárbaras - tais como o racismo e a exploração das riquezas e da força de trabalho das colônias -, e a restrição de armas de destruição em massa.

A Conferência de Bandung imporá uma nova agenda para a ordem internacional surgida com a Guerra Fria junto ao mundo afro-asiático. Para além dos "10 Pontos" acima enunciados, sintéticos e de ampla difusão, o conjunto das resoluções do encontro apontou para a necessidade de enfrentamento do problema econômico, que foi pautado pelo princípio da "**cooperação**". Primeiro entre os próprios membros do novo grupo, e, em segundo lugar, com outros entes presentes no cenário internacional. Os pontos 1 e 3 das resoluções econômicas apontam o caminho a ser tomado pelos países afro-asiáticos:

> **"1 - The Asian-African Conference recognised the urgency of promoting economic development in the Asian-African region. There was general desire for economic co-operation among the participating countries on the basis of mutual interest and respect for national sovereignty' The proposals with regard to economic co-operation within the participating countries do not preclude either the desirability or the need for co-operation with countries outside the region, including the investment of foreign capital. It was further recognised that the assistance being received by certain participating countries from outside the region, through international or under bilateral arrangements, had made a valuable contribution to the implementation of their development programmes.**
>
> **"3 - The Asian-African Conference recommended the early establishment of a Special United Nations Fund for Economic Development, the allocation by the**

> **International Bank for Reconstruction and Development of a greater part of its resources to Asian-African countries, the early establishment of an International Finance Co-operation which should include in its activities the undertaking of equity investment; and encouragement in to the promotion of joint ventures among Asian-African countries in so far as this will promote their common interest."I[8]**

A junção do movimento afro-asiático com a América Latina, nos anos sessenta – após a vitória da Revolução Cubana, em 1959 - formando os "três As" (Ásia, África e América Latina), coroou o processo de formação de uma identidade dos povos do Terceiro Mundo. A partir de então a união política dos que se viam como explorados (ainda) pelo novo sistema internacional bipolar aprofundou a onda associativa e de formação de agendas específicas. Estas nitidamente se contrapunham em maior proporção às perspectivas do welfare-state europeu e norte-americano do que do comunismo soviético.

- . -

Bandung foi um conclave de princípios mais do que de propostas políticas práticas. A influência e a força moral de Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro indiano, foram decisivos neste direcionamento. É dele que nasce o "espírito de Bandung", sentido mais amplo que estamos dando ao encontro. Este está fundado no seu socialismo fabiano9 associado com a força da filosofia pacifista do hinduismo. Suas articulações políticas alcançaram contatos com líderes das metrópoles e das colônias de todas as tendências.

Divergências severas de orientação ideológica dos regimes políticos dos países presentes ao encontro e o nível de desenvolvimento sócio-econômico (malgrado todos os países envolvidos serem classificados na categoria genérica de "subdesenvolvimento"), são os responsáveis pela construção deste "espírito" e da ausência de uma proposta de ação institucional consistente. O encontro representou muito para "almost of all the human race living in the main geopolitical center of gravity of the earth".10 Formou-se então o que Richard Wright sagazmente percebeu ser o cerne de uma tensão política potencial: a "cortina colorida", para além das ideologias de esquerda e de direita, com centenas de milhões de habitantes pertencentes a países que padeceram em graus variados de penetração do colonialismo. Em Bandung criou-se uma forma específica de dimensionamento das relações internacionais: raça, religião e continentes.11

---

[8] Resoluções da Conferência de Bandung.
[9] Esta é a definição para a linha política de Nehru feita por Jean Rous. Ver ROUS, J., Chronique de la Décolonisation. Paris, Éditions Présence Africain, 1965, p. 70.
[10] WRIGHT, Richard. The Color Curtain. A report on the Bandung Conference. Nova York, Banner Books, 1994, p. 12.
[11] Idem, p. 14.

Quanto à bipolaridade ideológica que poderia ameaçar o conclave Nehru afirmou: "Ao diabo os blocos!".[12] Ou ainda: "Não concordamos com os ensinamentos comunistas, não concordamos com os ensinamentos não-comunistas, porque se baseiam ambos em princípios errados".[13] A Conferência de Bandung definiu-se como **neutralista**, **pacifista** e **desenvolvimentista**, porém recusando formar um terceiro bloco nas relações internacionais. Ela expressou por consenso a imensa energia em direção à mobilização e associação fraternais dos povos oprimidos, criando uma nova correlação de forças do sistema internacional.

Um dos elementos que tornou vulnerável a força da unidade moral alcançada pela reunião foram vinculações dos participantes presentes com uma das duas superpotências. Não existiram também neste contexto heterogêneo resultados práticos e imediatos palpáveis. A necessidade de estabelecer um plano de ação econômica conjunta foi sublimada pelas preocupações políticas imediatas de estimular o processo de libertação nacional das regiões ainda sob domínio colonial. A afirmação de Nehru "L'indépendance politique d'abord, l'indépendance économique suivra logiquement" demonstra que um dos pilares do associativismo das jovens nações estava, por força das circunstâncias do momento, enfraquecido. A união política por conta das perspectivas econômicas só se manifestará como esteio do associativismo terceiromundista nos anos sessenta. A adesão dos participantes da conferência aos princípios estabelecidos pela ONU, de obrigação de fornecimento de auxílio material das potências aos menos desenvolvidos, era na realidade uma armadilha que colocava as jovens nações no âmbito das intervenções monetárias (zona do franco e da libra), comerciais e financeiras. Poucas vozes em Bandung se levantaram contra esta nova forma de dependência, tal como fez o representante da Birmânia, ao afirmar: "Du commerce, oui, mais pás d'assistance".[14]

Mas, ressaltamos, a Conferência de Bandung foi vitoriosa não porque ela obteve resultados de curto prazo. Os participantes abriram caminhos para a formação de uma possível agregação internacional de forças que passaram a desenvolver inúmeros temas no interior das lutas sociais, inclusive nos países mais desenvolvidos. Esta situação se manifestou de diversas formas nas inúmeras e diversificadas reuniões representativas do porte da ocorrida em 1955. Dentre elas citamos as Conferências do Cairo (1957-1958,

---

[12] ROUS, J., op. cit., p. 367.

[13] AHMAD, Aijas, Linhagens do Presente. Ensaios. São Paulo, Boitempo, 2002, pp. 176-177. O autor cita possível frase enunciada por Nehru .

[14] Collectif CEDETIM (Centre d'études anti-impérialistes). Lê Non-Alignement. Paris, Éditions La Découverte, 1985, p. 31.

1961 e 1964), de Belgrado (1961), de Adis Abeba (1964), de Lusaka (1970), de Argel (1973) e de Havana (1966 e 1979). Em todos estes encontros (dentre inúmeros que poderíamos fazer referências) existiu a expectativa de que fosse produzido um "segundo Bandung".

É aí que se encontra o verdadeiro desdobramento e a real essência da filosofia do não-alinhamento. Em nosso entendimento será a existência de uma perene "*tensão" entre as limitações dos princípios mais gerais definidos pela Conferência de Bandung e as conseqüências da aplicação prática destes mesmos princípios - ampliando-os para uma dimensão econômica mais que política -, o que irá favorecer a criação de uma nova agenda internacional*. O *conflito e/ou diálogo norte-sul* (*dependendo da ótica do observador) se constituirá no produto final das conclusões (não estabelecidas) pelo primeiro grande encontro dos "povos de cor". Assistiremos à formação de um eixo orientador da organização do sistema internacional que levará o "espírito de Bandung" a tornar-se o ponto de partida de uma espécie de revolução mundial liderada por alguns governos dos países do Terceiro Mundo. Suas idéias se tornarão mais efetivas do que coerentes porque serão representativas de uma real aspiração de todos os países que um dia foram colônias: o desenvolvimento econômico.* Será sobre este tema que se fará sentir o verdadeiro caminho aberto na Indonésia.

Não foi incomum a promoção de uma descolonização tendenciosa pelas próprias metrópoles, incluindo no momento da sua realização mecanismos de interferências nos países independentes. As metrópoles contrabalançaram os efeitos libertadores destes três episódios ao "suprir com suas "ajudas" e "concessões" os países deserdados para impedi-los de se voltarem na direção da URSS e da China".[15] Por este caminho "(t)entou-se freqüentemente associar a esta independência tratados de cooperação econômica, teoricamente concebidos para benefício mútuo, mas que, na realidade, assentavam as bases para uma dominação mais sutil, no estilo daquela que os Estados Unidos tinham imposto às Filipinas". [16] A descolonização foi realizada em meio "as exigências econômicas, tal como na expansão colonial do século anterior. Salvo raras exceções, a concessão da independência nunca foi o simples reconhecimento de um direito, mas sim o resultado de um cálculo ou a conseqüência dolorosa de uma guerra."17

[15] LENTIN, Albert-Paul, op. cit., pp. 41-42.
[16] MADRIDEJOS, M, op. cit., p. 94 e 96.
[17] MADRIDEJOS, M, op. cit., p. 94 e 96.

O subdesenvolvimento era, assim, um dos principais problemas que deveria ser enfrentado pelas novas nações. Esta situação produzirá fatos institucionais, tais como a proclamação pela ONU da Década do Desenvolvimento Econômico, nos anos sessenta, e, principalmente, nos anos setenta, com a formulação da agenda da NOEI. Ambas situações são produto político da organização internacional do Terceiro Mundo.

Um outro aspecto a ser considerado é o da incapacidade material da URSS em suportar o desenvolvimento econômico das novas nações do Terceiro Mundo. A decisão política foi de incorporar países que não realizaram a expropriação dos meios de produção a um *status* de inserção no mundo comunista especial: não eram do bloco comunista, mas fariam parte preferencial da política econômica externa da URSS. Mas a economia soviética não poderia manter indefinidamente o apoio material aos investimentos e outras formas de custos que a presença soviética no Terceiro Mundo demandará. Diferentemente do que a presença norte-americana na região, a expansão "capitalista" das empresas soviéticas, acompanhando a reintegração da economia soviética à divisão internacional do trabalho capitalista a partir do governo de Nikita Kruschev - balizada pela teoria da "economia socialista de mercado" -, não produziu um dreno de riqueza social para o solo soviético. O problema político não limitava a ótica soviética; mas a situação econômica era um problema sério e concreto, intransponível na medida em que a economia da URSS também continha fortes traços de subdesenvolvimento.

Várias crises produziram situações desagregadoras da unidade política do Terceiro Mundo até os anos setenta. Dentre elas podemos citar: a cisão sino-soviética, o conflito fronteiriço sino-indiano, o conflito indo-paquistanês pelo controle da Cachemira, as inúmeras guerras na África e na Ásia, entre outros. Nenhuma destas situações produziu, no entanto, uma crise estrutural no "espírito" criado em 1955. O importante a ressaltar é que a agenda terceiro-mundista construir-se-á em torno de pontos de inflexão do processo de organização que estamos analisando em direção a uma grande ampliação do "espírito de Bandung", responsável agora pela **formação de uma agenda especificamente econômica**.

Na conferência do Cairo (1957-1958) o conteúdo antiimperialista ganhou um contorno bem mais consistente do que em Bandung. A Crise do Suez é em grande parte responsável pela nova orientação. Nem mesmo a violenta repressão à insurreição húngara, ocorrida em data próxima àquela da invasão israelo-franco-britânica ao Egito – também, de certa forma, ferindo o "espírito de Bandung" -, foi capaz de colocar em foco a política externa soviética. É o que podemos notar, por exemplo, na colocação de Abdallah

Ibrahim, representante do Djibouti, que afirmou: "A África para os Africanos, a Ásia para os Asiáticos e nenhum lugar para os imperialistas nestes dois continentes".[18]

Apesar da Guerra Fria ter penetrado profundamente no "espírito do Cairo", não podemos dizer que o conteúdo geral das conclusões adotadas no comunicado final da Conferência do Cairo tenha ultrapassado os limites pré-estabelecidos por qualquer dos dois campos ideológicos presentes. A provável influência da doutrina marxista nas resoluções, que indicava a necessidade da nacionalização dos recursos minerais dos países que os possuíam em quantidade suficiente para abastecer o mercado externo, não era uma prática exclusiva do comunismo. O encontro do Cairo acompanhou a mesma orientação anticolonialista, antiimperialista e pacifista vitoriosa de dois anos antes. Não se confirmaram as perspectivas dos adversários de que o encontro do Cairo seria um "Bandung comunista".

O movimento não-alinhado será definitivamente consolidado em 1961, quando foi discutida em nova reunião no Cairo, com a presença dos representantes de vinte e um países, a precisão dos critérios para a consideração de um país como sendo um não-alinhado. O cenário internacional de intensas guerras contra o colonialismo e de reaquecimento da Guerra Fria estimulou este passo. Na África os episódios eram candentes: a guerra na Argélia atingia o seu auge; estava sendo iniciada a luta armada nas colônias portuguesas pela libertação de Portugal; a Bélgica retirou-se do Congo, somando-se aos vinte e cinco novos países surgidos em 1960; e alguns países declararam seu caráter "socialista" e "antiimperialista". Além disso, o assassinato do primeiro-ministro congolês, Patrice Lumumba, demonstrava as agudas tensões que existiam entre o antigo mundo colonizado e as forças do neocolonialismo. A radicalização do conflito bipolar era expressiva: o início da construção do Muro de Berlim e a tentativa de invasão de Cuba através da Baía dos Porcos constituem-se em fatores de agravamento das tensões internacionais.

Neste contexto sai fortalecida a proposta de neutralidade defendida em Bandung. Uma ação concreta foi efetivada em setembro de 1960 pelos líderes do movimento (Nehru, Nasser, N'Krumah e Sukarno), que fizeram apelos aos dirigentes dos EUA e da URSS para retomarem imediatamente seus contactos recentemente interrompidos.[19] Para os não-alinhados foi uma boa oportunidade de uma atuação diplomática consistente.

---

[18] MOREIRA, A., <u>O Ocidente e o Ultramar Português</u>. Rio de Janeiro, Irmãos Pongeti, 1961, p. 83.
[19] Collectif CEDETIM (Centre d'études anti-impérialistes), op. cit., pp. 33-34.

Em Belgrado concretizou-se uma contraditória realização do "espírito de Bandung". Mesmo que este não se propusesse a constituir uma instituição internacional, esta foi criada: era o Movimento de Países Não-alinhados (MPNA). Ampliaram-se os marcos afro-asiáticos iniciais da organização política dos países não-alinhados através da presença de um país latino-americano, Cuba, e outro Europeu, Iugoslávia. A partir deste momento a plataforma do não-alinhamento se definiu com clareza, ficando assim estabelecida: 1) pacifismo, considerando a guerra como "crime contra a humanidade"; 2) fim da Guerra Fria e dos blocos militares que interferem no desenvolvimento das relações internacionais; 3) as diferenças econômicas entre os países são um impedimento para se alcançar a paz; 4) direito de autodeterminação dos povos; 5) direito dos povos em escolher o melhor caminho para o desenvolvimento econômico; 6) condenação ao colonialismo e ao neocolonialismo; 7) apoio à Declaração de Garantia da Independência dos Países e Povos Coloniais adotada na 15ª. Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas que condenou o colonialismo ao proclamar "a abolição imediata, incondicional, total e final da dominação imperialista em todas suas formas e manifestações"; 8) condenação da instalação de bases militares.

O MPNA construiu um ideário e não um tratado internacional com poderes para influir os destinos dos seus signatários. Não foi ainda neste momento que se constituiu a agenda econômica ampliada de que trata esta comunicação, o que só passa a existir de forma nítida a partir de 1964, quando foi realizado um "Bandung africano", a Conferência de Cúpula do MPNA de Adis-Abeba. Aqui já são evidentes as conseqüências da grande onda de descolonizações do "ano da África", em 1960. Bandung possuía então um caráter sentimental, pois a realidade do mundo colonial e do Terceiro Mundo como um todo avançava em direção à formulação de uma agenda política mais consistente para expressar os interesses de nações recém descolonizadas. Kwame N'Krummah, primeiro presidente negro de um país africano (Gana, tornada independente em 1957), propõe a formação de um governo continental, afirmando "a necessidade e o valor do conceito da unidade africana para a luta contra o imperialismo e o colonialismo em todas as suas formas".[20] Foi formada uma visão muito próxima da esquerda moderada da Europa ocidental: a proposta de formação de uma "via africana para o socialismo", tal como vinham desenvolvendo países como Guiné, Mali, Senegal, Tunísia e Argélia.[21]

---

[20] LENTIN, Albert-Paul, op. cit.,p. 49.
[21] ROUS, J., op. cit., p. 374.

Será na 2ª. Conferência do MPNA entre 5 e 10 de outubro de 1964, no Cairo, que a problemática do desenvolvimento econômico ganhou pela primeira vez um destaque autônomo do temário político. Os participantes entenderam que a "imperiosa necesidad de ampliar e intensificar la cooperación internacional basada em la igualdad, em armonía com las necesidades de um desarrollo econômico acelerado". [22] Na Seção X do documento final do encontro existe a relação do "Desenvolvimento e a Cooperação". Para tal seria necessário considerar que "la emancipación económica es elemento indispensable en la lucha por eliminar la dominación política", e "que es deber de todos los países el contribuir a la rápida creación de un nuevo y justo orden económico, en virtud del cual todas las naciones pueden vivir libres del miedo, la miseria o la desesperación, y desarrollarse plenamente dentro de la gran familia de naciones".[23]

As duas primeiras conferências do Movimento dos Países Não-Alinhados (em Belgrado e no Cairo) apontaram para a ruptura com alguns dos pressupostos básicos do não-alinhamento de Bandung. Elas acabaram – ao ***transitar de questões enfaticamente políticas para econômicas*** - por produzir um discurso claramente antiimperialista que se avolumou perante as tradicionais bandeiras: o neutralismo e o pacifismo. Podemos interpretar esta situação como a "própria evolução da noção de "não-alinhamento" que, apesar dos esforços dos moderados (...) toma uma coloração claramente antiimperialista. A Conferência do Cairo, por exemplo, sustenta, de forma contrária às teses chinesas, que a ONU ainda pode desempenhar um papel positivo se reformar algumas de suas instituições, principalmente o Conselho de Segurança, e se convocar uma conferência mundial de desarmamento; mas quando o presidente indiano Shastri, que não mais dispõem da autoridade que possuía Nehru, propõe enviar uma delegação a Pequim para solicitar a Mao Tse-tung que renuncie à fabricação de armas nucleares, essa proposta é rechaçada porque, diz a grande maioria dos delegados, faz o jogo dos americanos."24

A transformação do horizonte político do movimento não-alinhado (desenvolvida no período em que houve os dois encontros no Cairo entre 1957-8 e 1964) produziu uma articulação mais sistematizada das questões econômicas. A junção do antiimperialismo contundente com a perspectiva da abordagem consistente de problemas econômicos não produziu naquele momento um movimento não-alinhado mais forte. A reunião do Cairo

---

[22] GRANGUILLHOME, J. C., AGUAYO, L. G. e CASTILLA, A. R. Los Países No Alineados. México, Editorial Diana, 1977, p. 57.
[23] Idem., p. 56.
[24] LENTIN, Albert-Paul, op. cit., p. 50.

marca, no entanto, o início de uma crise política que só vai ser equacionada no encontro de Lusaka, seis anos depois.

Em 1965, pouco antes da realização de um novo encontro do MPNA, ocorreu o golpe de Estado na Argélia contra Bem Bella, sucedido por Houari Boumédiène. O encontro de Argel era visto como a coroação do movimento em seu primeiro decênio. O principal empecilho para a realização do encontro não foi, no entanto, a indisponibilidade física de Argel para a sua realização. Antes disso, a causa do cancelamento do encontro em 1965 foi a cisão ideológica que no seio do movimento não-alinhado. A divisão foi causada pela posição chinesa de inibir a ampliação do movimento para países que não eram considerados subdesenvolvidos. O problema era político, causado pela cisão sino-soviética. A URSS tinha o apoio de expressivo número de países, mas a sua entrada no movimento não-alinhado poderia pô-lo em risco na medida em que o poderio Chinês no continente asiático era expressivo. A oposição chinesa à participação da URSS emperrou a evolução de todo o movimento e a solução política encontrada para remediar o impasse foi efetivar o convite para a participação soviética (o que foi feito na reunião preparatória ocorrida em Argel em 2 de novembro de 1965), mas adiar o encontro indefinidamente.

O saldo político final do impasse é que não houve, então, nenhuma filiação clara do movimento em direção a qualquer um dos dois países comunistas. Contraditoriamente, constatamos que, o "principio fundamental del movimiento servía, como paradoja, para provocar el derrumbe momentáneo del mismo."25

B – DE LUSAKA A HAVANA (1970-1979)

O impasse só foi superado cinco anos mais tarde quando foi realizada com grande sucesso a 3ª. Conferência de Cúpula do Movimento de Países Não-alinhados, em Lusaka, entre 8 e 10 de setembro de 1970. Os participantes deste encontro discutiram amplos aspectos da realidade do Terceiro Mundo, dando uma grande ênfase ao debate dos problemas econômicos ao invés dos políticos. Abre-se uma nova fase na existência do MPNA, que terá na perspectiva de discussão da problemática econômica como tema central e vital para o movimento não-alinhado por cerca de dez anos. Isto não impediu que fossem discutidas e tratadas questões políticas concernentes ao Terceiro Mundo, como a Guerra do Vietnã, o conflito árabe-israelense e o apartheid sul-africano.

O encontro produziu a "Declaração sobre a paz, a independência, o desenvolvimento, a cooperação e a democratização das relações internacionais" e a

[25] GRANGUILLHOME, J. C., AGUAYO, L. G. e CASTILLA, A. R., op. cit., p. 62.

"Declaração sobre a política de não-alinhamento e o progresso econômico". Este último documento, "una verdadera carta económica de los no alineados",[26] que "introduce por primera vez en forma esquemática las reivindicaciones fundamentales económicas de los países subdesarrollados en el foro político de los no alineados, manifestando el deseo de utilizar al máximo sus propios recursos naturales, desarrollar su tecnología, y fomentar los intercambios mutuos, promoviendo la justicia social. Para ello, el instrumento será la cooperación internacional, utilizando todos los puntos de complementariedad económica entre no alineados, y tratando de crear organismos regionales de cooperación e integración económicas, así como intercambiar toda la información conveniente a dichos fines".[27]

Os encontros do MPNA sempre tiveram em sua agenda questões relativas à economia internacional como um todo, apesar da divisão ideológica em seu interior. A 4ª. Reunião de Cúpula do MPNA, realizada em Argel em 1973, consagrou definitivamente a consciência alcançada de que os problemas econômicos deveriam predominar a condução das discussões dos países não-alinhados. Este encontro foi vitorioso na pressão sobre os países desenvolvidos em direção ao diálogo sobre os pleitos de busca da reorganização das normas econômicas vigentes no comércio mundial. Isto ocorreu em meio à predominância no contexto da Guerra Fria do processo de *détente*, que alguns acreditaram poderia enfraquecer o associativismo não-alinhado. Frente a este ponto de vista o presidente argelino Boumédiène retrucou que, ao contrário, não haveria o enfraquecimento dos não-alinhados já que o objetivo do movimento era de luta contra novas formas de dominação. Os países ricos, segundo seu ponto de vista, ficavam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. No seio dos debates constatou-se que apesar da descolonização e dos esforços pelo desenvolvimento, os países industrializados continuavam a dominação imperialista, agora através de novos mecanismos, principalmente as empresas multinacionais. A solução apontada era a temática que se tornou expressiva nos anos seguintes, a Nova Ordem Econômica Internacional.[28]

Mesmo enfatizando questões econômicas, o MPNA não descurou de abordar em Argel de questões políticas do cenário internacional. Ele apoiou a *détente* desde que ela não representasse uma forma de paz apenas entre os países ricos associados ao condomínio formado pelas duas superpotências. Iniciou-se neste encontro um debate político interno delicado: qual das tendências existentes no seu interior o movimento não-alinhado deveria

---

[26] Idem, p. 80.
[27] Idem, pp. 79-80.
[28] Para análise dos resultados da Conferencia de Argel Cf. BRAILLARD, Philippe e DJALILI, Mohammad-Reza. Tiers Monde et Relations Internationales. Masson, Paris, 1984, pp. 106-107.

se associar: aquela que defendia a chamada "aliança natural" com a URSS ou a que defendia a teoria da eqüidistância, onde não se fariam quaisquer distinções entre os dois blocos?

Pouco depois do término do encontro ocorreram os episódios que lançaram as teses defendidas pelo MPNA havia tempo para o centro dos acontecimentos mundiais. A Guerra do Yom Kipur (outubro de 1973) seguido do Choque do Petróleo abalaram firmemente as estruturas políticas e econômicas de todo o sistema de relações produtivas, monetários, financeiras e comerciais internacionais que foram criadas no imediato pós-guerra. Neste contexto era natural que houvesse um avanço das pressões políticas pela introdução na agenda internacional das demandas defendidas pelos não-alinhados. Nunca em toda a curta História do MPNA houvera tantas condições políticas para fazer valer uma proposta de reformas. Face à completa exposição da fraqueza do adversário imperialista, e já que alguma medida reformadora teria que mais cedo ou mais tarde ter que ser introduzida nas políticas econômicas dos Estados industrializados, o avanço das ações políticas era o que se podia esperar que acontecesse. O presidente argelino Boumédiène, presidente em exercício do MPNA, demandou a instauração de uma sessão extraordinária no seio da Assembléia Geral da ONU para o ano de 1974, consagrando a proposta de um conjunto de reformas no sistema econômico internacional, intitulada de Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Estava instaurado um processo de contactos que ao longo dos próximos anos, até 1979, seria dominante no cenário internacional, o diálogo Norte-Sul.

Mesmo que este ideário concorresse com uma visão radicalmente diferente, o "confronto norte-sul", foi baseado nesta expectativa que a proposta econômica não-alinhada se desenvolveu. Tentou-se neste período, através da institucionalização - via ONU, suas agências e mecanismos internos - buscar pontos para a execução de reformas que atendessem as expectativas dos países subdesenvolvidos, que finalmente alcançariam o tão sonhado desenvolvimento. Neste caminho a formação da UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) amparou integralmente o ideário aberto em Bandung, interiorizando na maior instituição política internacional em funcionamento no pós-guerra as propostas econômicas do Terceiro Mundo. Além das reuniões periódicas nesta alçada outros encontros foram promovidos para discutir o tema, agora por iniciativa de governantes dos países desenvolvidos. Por ambos os caminhos foram criados no cenário mundial a problemática da NOEI.

A temática da NOEI foi consolidada na conjuntura dos anos 1970-1975, quando um quadro impressionante de transformações em diversas realidades nacionais e coloniais

expôs de forma clara a crise de hegemonia norte-americana e do capitalismo ocidental. Neste momento parecia que seria possível para os países do Terceiro Mundo "girar a roda da História" a seu favor devido à perspectiva do recuo do sionismo (causado pelos resultados militares da Guerra do Yom Kipur), da independência das últimas colônias portuguesas, da vitória do povo do Vietnã, ao crescimento das lutas sociais contra o apartheid no Zimbabwe, Namíbia e África do Sul, da revolução camponesa na Etiópia e dos movimentos populares em Benin e em Madagascar. Na Europa assistiu-se no período à derrocada das ditaduras em Portugal, Espanha e Grécia, à desestabilização política na Itália e, logo em seguida, a formação de um bloco de esquerda (Partido Comunista e Partido Socialista) na França. Não devemos nos esquecer da importância que o Choque do Petróleo para a corrosão das tradicionais relações econômicas internacionais que os países do Terceiro Mundo estavam querendo alterar.

O MPNA já havia iniciado o tratamento enfático da temática do desenvolvimento econômico na Conferência Econômica dos Países Não-Alinhados, no Cairo, em 1964. Desde então várias categorias analíticas serviram para tratar da problemática do que nos anos setenta chamou-se de NOEI. Dentre elas ressaltamos: a) a ***ação comum, ou seja, a cooperação,*** que os países em vias de desenvolvimento deveriam estabelecer entre si e com os países desenvolvidos; b) da ***obrigação*** que a comunidade internacional teria em corrigir os problemas que colocavam tais países em condições desvantajosas no comércio internacional; c) a ***deterioração dos termos de troca***, fazendo com que os produtos agrícolas exportados pelos países em desenvolvimento gerassem menos renda do que os produtos manufaturados; d) da ***interdependência entre todas as economias nacionais***, daí que o desenvolvimento econômico dos mais pobres beneficiará aos próprios países já industrializados; e) a ***defesa dos recursos naturais*** dos países subdesenvolvidos; f) que o desenvolvimento econômico é ***obra dos próprios países subdesenvolvidos***; g) contra as fórmulas tradicionais de "cooperação" ou "ajuda"; e, h) pela implementação de ***uma estratégia global de desenvolvimento*** incluindo medidas convergentes entre os países do Norte e do Sul.

Todos estes pontos considerados individualmente alcançaram em algum momento do processo de construção da proposta da NOEI um destaque maior. Mas o que gostaríamos de chamar a atenção está nos itens "a", "b", "d" e "h", principalmente no terceiro. A ênfase na categoria "interdependência" como base para o (necessário) estabelecimento da NOEI foi amplamente desenvolvida no desenrolar do processo propositivo do ideário econômico não-alinhado. Esta tese, que partiu da idéia da

necessidade da existência de "cooperação" alcançou, num momento de maior força política do não-alinhamento, a dimensão da "interdependência". É como se os porta-vozes não-alinhados dissessem: "somos todos um só, e vocês dependem tanto de nós, quanto nós de vocês". Ou então: "os problemas que nos afetam são mundiais, e não mais regionais". Ou ainda: "antes queríamos cooperar, agora isto é uma necessidade". Esta argumentação é o que, ao final, criará na década de setenta o fracasso conceitual de todo o capital político acumulado pelo Terceiro Mundo, o que será visto ao final desta comunicação.

Ao longo dos anos 1974-1979, fase crítica da economia mundial que ficou consagrada na literatura especializada como *crise de convergência macroeconômica*, ocorreram duas conferências do MPNA, a de Colombo, Ceilão (em 1976) e a de Havana, Cuba (em 1979). Em ambas os problemas econômicos serão lentamente sublimados pelo retorno de problemas políticos ao seio do movimento. Estes passaram a concorrem em importância com os debates das rápidas transformações da economia mundial no período. A principal polêmica tratada neste encontro foi a participação cubana em conflitos do continente africano, o que criava um mal-estar entre alguns membros, na medida em que Havana foi indicada como sede de um encontro do MPNA. Esta escolha foi confirmada, provocando apenas a recusa da Arábia Saudita em participar da 6ª. Conferência do MPNA, pois o governo deste país considerava que Cuba era um instrumento soviético.

- . -

Uma avaliação ampla do conjunto de encontros que os países do Terceiro Mundo realizaram em torno do "espírito de Bandung" nos mostra que várias transformações ocorreram no processo organizativo. Em primeiro lugar houve uma mudança do eixo geográfico, tanto em termos de continente quanto de país, que continha a "chave" de uma certa liderança do movimento. O início do não-alinhamento ocorreu na Ásia (Índia, Indonésia e China), passou pela África (Egito) e por parte da periferia européia (Iugoslávia), alcançando a América Latina, através da participação de Cuba. Neste momento, ressaltamos, encontraremos o robustecimento e amadurecimento das propostas.

Mas a agenda não-alinhada não mudou apenas pela ampliação dos participantes; o que se transformou foi a *qualidade* das questões que passaram a ser tratadas. Estas conseguiram acompanhar até 1979 as rápidas transformações da realidade internacional, alternando-se entre dois eixos de estruturação: o *político* e o *econômico*. A evolução da agenda foi da descolonização ao não-alinhamento, o neutralismo, o racismo e o pacifismo; destes pontos partiram para a problemática do desenvolvimento econômico. Cada uma a seu tempo, tais problemáticas foram tratadas com propriedade pelo MPNA.

A 6ª. Conferência do MPNA, realizada em Havana, entre 3 e 8 de setembro de 1979, foi um marco expressivo na consolidação da máxima possibilidade de articulação do Terceiro Mundo, tal como ela vinha sendo tratada dentro do "espírito de Bandung". Foi também um dos momentos de maior polêmica ideológica em seu interior, sem que com isso, tal como ocorreu na década anterior, o movimento se imobilizasse devido a um confronto de princípios pautado em ideologias. Os problemas que levaram a não realizada conferência de Argel quatorze anos antes não se repetiram. A divulgada confrontação entre os representantes da Iugoslávia, Josip Broz Tito, e cubano, Fidel Castro, simboliza menos a fraqueza que a expressiva importância do encontro pouco antes do fim da distensão leste-oeste, com o começo da "2ª. Guerra Fria". Para os que viam na reunião a consolidação de uma vinculação íntima do MPNA e a URSS – uma "aliança natural" - o que transformaria o associativismo do grupo numa correia de transmissão da política externa soviética, Havana foi um fracasso. A conferência estaria imersa em problemas oriundos da crise econômica e das políticas individualistas dos países (os produtores de petróleo entre eles) na busca de soluções para enfrentar individual ou em pequenos grupos (mas não coletivamente) as adversidades econômicas que se apresentavam. Somavam-se aos conflitos ideológicos e de fronteiras tradicionais novos focos de tensão no interior do Terceiro Mundo, tais como: a aproximação China-EUA e o afastamento daquele país da sua tradicional posição dentro do MPNA após o fim da Revolução Cultural; a invasão do Camboja pelo Vietnã, questionando um princípio básico do MPNA, a não ingerência de um país em outro; a participação de forças militares cubanas em conflitos na África; e os acordos de Campi David onde o Egito, acreditava-se, voltava as costas para a questão palestina e árabe de uma forma em geral, levando a que alguns países (Iraque, Iêmen do Sul, Síria e a Organização da Libertação da Palestina) propusessem a expulsão daquele país da organização. Além disto, dois dos principais países e fundadores do MPNA, Índia e Egito, assinaram tratados de amizade e cooperação com a URSS que incluíam cláusulas de consulta mútua em caso de agressão (ou ameaça de que isto viesse a ocorrer) a um dos signatários. Tais acordos eram muito similares aos que o ocidente assinava com os países que participavam da sua área de influência. Esta situação também criava um problema de natureza conceitual para o movimento não-alinhado, uma vez que um dos seus princípios era a da não adesão a qualquer um dos blocos existentes.

Com cerca de cinco anos de existência, a institucionalização do diálogo norte-sul, não avançava em direção de políticas concretas. Nem mesmo o caminho alternativo, amplamente secundário, do diálogo e cooperação sul-sul, evoluía a contento. Este último,

desenvolvido como um complemento, ou quem sabe uma alternativa ao andamento pouco promissor do ambicionado sucesso do diálogo norte-sul, era até mais difícil de encontrar elementos concretos para a sua constituição. Para além dos argumentos puramente ideológicos, os críticos do não-alinhamento apontaram que a cisão interna era profunda, como demonstra a ação perpetrada pelo cartel de petróleo, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). Este, ao aumentar o preço do produto na seqüência da Guerra do Yom Kipur, não considerou as necessidades dos países menos desenvolvidos, também eles dependentes de importação do produto. Esta situação expôs as contradições do associativismo terceiro-mundista, para além das disputas ideológicas ou em torno de fronteiras. Alegavam também os críticos que a vinculação das classes dirigentes destes países, e de suas políticas de desenvolvimento, se fazia com o mercado mundial e não com as necessidades das suas populações. Finalmente, apontaram a incapacidade do movimento em manter eqüidistância de fato da bipolaridade reinante no cenário internacional.

Os defensores da unidade não-alinhada, considerando positiva ou não a aliança do MPNA com a URSS, viram no encontro de Havana um aprofundamento do associativismo iniciado em 1955. Deste ponto de vista a reunião foi bem sucedida. Gradativamente, ao longo de duas décadas e meia, aumentava o número de membros participantes do MPNA, bem como o de observadores e convidados às conferências. Havana foi a maior dos encontros realizados até então. Em 1961, em Belgrado, participaram 25 países membros, 3 observadores e 35 movimentos de libertação nacional e partidos convidados. Em 1964 (Cairo), em 1970 (Lusaka), e 1973 (Argel) foram respectivamente 47, 54 e 76 os países participantes. A 5ª. Conferência do MPNA contou com a presença de 86 países membros, 21 observadores de países e movimentos de libertação e 8 países convidados. Em Havana participaram 138 países, sendo que 94 países e movimentos de libertação eram membros plenos do MPNA, os demais foram observadores e convidados.[29] Até mesmo um país da Europa Ocidental, a Espanha, participou da reunião em Havana como país convidado. O crescimento do número de participantes representou certamente uma vitória do associativismo do Terceiro Mundo, malgrado quaisquer que fossem as dificuldades internas de construção da unidade política.

Cuba liderou esta importante fase do MPNA não como materialmente capaz de impor uma orientação política a quaisquer dos países do Terceiro Mundo. O governo

---

[29] MONSERRAT FILHO, J. "Apresentação". IN: MONSERRAT FILHO, J. Fidel: a nova escalada dos não-alinhados. Porto Alegre, L&PM, 1980, p. 14.

cubano argumentava, utilizando digamos uma "linguagem não-alinhada", que a vinculação direta do MPNA com a URSS seria a única forma concreta de estabelecer os verdadeiros princípios do movimento. Fidel Castro afirmou então que: "toda tentativa de opor os países não-alinhados ao campo socialista é profundamente contra-revolucionário e favorece exclusivamente o imperialismo". Tal posição já era pública havia alguns anos e já havia encontrado resistências. Na Conferência de Argel, em 1973, houve um debate entre as posições de Cuba e a da Líbia. O presidente líbio, Muamar Kadafi, chegou a defender a formulação de uma nova carta de princípios para o MPNA onde seriam vedados ataques às grandes potências, partindo do pressuposto de que tanto URSS quanto EUA possuíam políticas imperialistas circunstanciadas pelos seus interesses. Já o presidente cubano analisou o imperialismo a partir dos elementos tradicionais do marxismo, defendendo a opinião de que a URSS não era imperialista: "Como se pode qualificar a União Soviética como imperialista? Onde estão suas empresas monopolistas? Onde está sua participação em companhias multinacionais? Quais indústrias, quais minas, quais poços de petróleo ela possui no mundo subdesenvolvido? Qual operário é explorado em um país da Ásia, da África ou da América Latina pelo capital soviético?". Castro também enfatizou que, na realidade, eram os trabalhadores soviéticos os explorados no processo de sustentação da influência soviética no Terceiro Mundo.

Assim, a URSS mais do que a China na década anterior, introduzia elementos conceituais oriundos do marxismo no interior das análises e diagnósticos presentes nos debates do MPNA. Aliás, esta discussão iniciou-se quando o Secretário Geral do PCURSS enviou uma mensagem ao presidente argelino Boumédiène, caracterizando o que considerou ser a "linha de divisão principal no mundo atual" como sendo entre as forças do socialismo e do progresso e da paz e aquelas do imperialismo do colonialismo e da reação. Não considerou o dirigente soviético que as grandes clivagens internacionais estivessem contidas nos impasses entre os "ricos" com os "pobres", ou entre os "grandes" e os "pequenos". 30 A URSS havia elaborado também uma teoria de transição para o socialismo que abrangia o papel exercido pelo MPNA como uma segunda fase entre a descolonização (1ª. fase) e a vinculação dos países não-alinhados ao socialismo (3ª. fase).

A análise do choque das tendências existentes no interior do MPNA na conferência de Havana, onde o presidente iugoslavo Josip Tito defendeu um humanismo universalista enquanto que Fidel Castro fez a apologia do tricontinentalismo revolucionário[31] não deixo

---

[30] BRAILLARD, Philippe e DJALILI, Mohammad-Reza, op. cit., pp. 106-107.
[31] Collectif CEDETIM (Centre d'études anti-impérialistes), op. cit., p. 42.

de dar uma vitória política expressiva para as forças de esquerda, mesmo que vulnerabilizando o tradicional comportamento político do não-alinhamento.

Os elementos centrais da crise que abalará a força do MPNA nos anos à frente se referem a situações que ocorreram logo em seguida ao encontro e não o que se passou no interior da Conferência de Havana. Referimo-nos aqui à **invasão do Afeganistão pela URSS**, em dezembro de 1979, **o choque dos juros** - cujas reais conseqüências se farão sentir nos próximos anos -, e a **Guerra Irã x Iraque**. Todos os três fatos terão fortíssimos impactos no enfraquecimento do MPNA e da sua proposta desenvolvimentista. Não teremos aqui a oportunidade de ampliar a exposição desta situação.

Ressaltaremos um quarto fator que consideramos essencial para a compreensão da crise do MPNA, já que diz exclusivamente respeito a uma situação interna ao associativismo terceiromundista: referimo-nos aqui aos **impasses do ideário econômico – inspirados no "espírito de Bandung - desenvolvidos à sombra da proposta da NOEI**. Poderemos ver esta situação no discurso, com fortes doses política e ideológica afinadas com o marxismo, feita pelo presidente de Cuba, Fidel Castro, como porta-voz do MPNA, na ONU em outubro de 1979. Este continha a argumentação do tipo "nossa salvação será a sua salvação" para justificar as demandas (não atendidas) do Terceiro Mundo no âmbito do diálogo norte-sul. Ele afirmou, comentando o grave problema do endividamento destes, que:

> **"A falência financeira mundial seria muito dura, em primeiro lugar para os países subdesenvolvidos e para os trabalhadores dos países capitalistas desenvolvidos. Afetaria também as mais estáveis economias socialistas. Mas o sistema capitalista dificilmente poderia sobreviver a semelhante catástrofe. E seria difícil que a terrível situação econômica resultante não gerasse, inevitavelmente, uma conflagração mundial. Já se fala de forças militares especiais para ocupar os campos petrolíferos e as fontes de matérias-primas."32**

Devemos reconhecer que ao longo dos anos esta visão limitada da interdependência chegou a ser contrabalançada por outras considerações, tais como: a) da "injustiça intrínseca e brutal da atual interdependência"[33]; b) da "relação dialética do imperialismo", que gera o subdesenvolvimento e que existe devido ao próprio imperialismo[34]; c) ao confronto entre a "dialética da dominação e da espoliação de um lado e a dialética da

---

[32] IN: MONSERRAT FILHO, J., op. cit., p. 127.
[33] Idem, ibidem.
[34] ALLENDE, Salvador. Discurso pronunciado na 27ª. Sessão da Assembléia Geral da ONU, em 4 de dezembro de 1972. Cf. BRAILLARD, Philippe e DJALILI, Mohammad-Reza, op. cit., pp. 197-199.

emancipação e da recuperação de outro"[35]; d) que as relações entre os países do Norte com os do Sul não são neutras, e que se constituem em uma relação de dependência, e não de interdependência;,[36] e) de que "o conceito de interdependência só é aceitável quando se parte do fato de admitir a injustiça intrínseca e brutal da atual interdependência" e que os países do Terceiro Mundo "rejeitam a proposta de "interdependência" como aceitação da injusta e arbitrária divisão internacional do trabalho, que o colonialismo moderno lhe impôs a partir da revolução industrial inglesa e que o imperialismo aprofundou".[37]

Como existia a esperança de criação de uma espécie de Plano Marshall para os países em desenvolvimento, e, a partir de então, a repetição do cenário positivo que a Europa ocidental vivenciou com o welfare-state, o confronto com os países do Norte, capitalistas e desenvolvido, se circunscreveria a uma batalha política no interior do único território comum, a ONU. Uma das limitações da argumentação estava na avaliação equivocada de que o caminho político para a NOEI seria o fortalecimento da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas - o que já vinha ocorrendo desde a luta pelo processo de colonização -, através da união política do Terceiro Mundo com o apoio razoavelmente constante da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, do leste europeu e o dos países árabes. Esta situação produziu uma percepção irreal da verdadeira correlação de forças entre o norte e o sul, já que "os Estados Unidos ainda representavam, com o apoio do Japão e da Alemanha, uma ampla potência econômica, política e militar, perfeitamente capaz de se opor ao que Henry Kissinger chamou de "ditadura da maioria" .,,[38]

Podemos, então, à titulo de conclusão preliminar para a explicação das causas da crise que levaram o MPNA **perder efetividade** a partir de 1979, constatar que se de um lado, no plano político, havia uma aliança "natural" no campo político entre o terceiro e o segundo mundos, no plano econômico a perspectiva era de criar uma aliança (em meio a um confuso confronto de idéias e propostas) entre o terceiro e o primeiro mundos. Pensava-se que a articulação econômica em torno do processo de desenvolvimento iria

---

[35] BOUMÈDIÉNE, Houari. Discurso na 16ª. Sessão Extraordinária da Assembléia Geral da ONU, Consagrada ao Estudo dos Problemas das Matérias-Primas e do Desenvolvimento, em 10 de abril de 1974. Cf. BRAILLARD, Philippe e DJALILI, Mohammad-Reza, op. cit., pp. 200-203.

[36] NYERERE, Myalimu Julius (Presidente da Tanzânia). Discurso na 4ª. Reunião do G77, em 12 de dezembro de 1977. Cf. BRAILLARD, Philippe e DJALILI, Mohammad-Reza, Cf. BRAILLARD, Philippe e DJALILI, Mohammad-Reza, op. cit., pp., pp. 257-262.

[37] CASTRO, Fidel. IN: MONSERRAT, op. cit., p. 127.

[38] SANTOS, Theotônio dos. "Unipolaridade ou hegemonia compartilhada". IN: SANTOS, Theotônio (coord.). Os Impasses da Globalização. Hegemonia e contra-hegemonia. Vol. 1. Rio de Janeiro/São Paulo, Ed. da PUC-Rio/SLoyola, 2003, p.92.

levar de roldão as contradições da Guerra Fria e criar finalmente um mundo unido e próspero.

Num equacionamento crítico da análise do discurso do projeto da NOEI constatamos que este esteve articulado a **um *mix* de idéias políticas e econômicas.** Chamaríamos esta fusão, fidelíssima ao "espírito de Bandung", **de politicamente "filo-marxista", e "pró-keynesiana", do ponto de vista econômico**.

Tal situação de inconsistência conceitual tornou-se insustentável na medida em que surgia uma nítida intenção, e possibilidade, de ser efetuada uma alteração das condições econômicas e políticas internacionais. Isto se deu, por exemplo, através da proposta de "redisciplinamento da periferia", no dizer de José Luís Fiori. Tal política possuiu uma dimensão econômica clara, através da imposição do ajuste econômico de corte neoliberal (privatizações, combate à hiperinflação, flexibilização das leis de proteção ao trabalho, securitização da dívida externa, produção de superávits fiscais, etc.). Este processo também foi construído através do uso direto da força, como na Guerra das Malvinas, na intervenção nos destinos da Guerra Irã x Iraque, e, depois, em intervenções rápidas e de grande efeito demonstrativo no Panamá, em Granada e na Líbia. A intencionalidade de produzir a erosão do associativismo do Terceiro Mundo era patente, visando construir, segundo um de seus porta-vozes, "uma estratégia de compromisso que vise o enfraquecimento dos laços que preservaram até aqui a solidariedade entre os países em desenvolvimento".[39]

Surge também uma proposta concorrente ao "diálogo norte-sul", o "triálogo" da Comissão Trilateral. Trata-se de uma das mais influentes organizações não-governamentais *think tank* criadas em meio à turbulência das relações internacionais derivada da crise de convergência macroeconômica. Formada em 1973, no ambiente da crise da hegemonia americana, ela se dispôs a participar da reconstrução do poderio do capitalismo a partir da discussão e formulação de proposta por seus cidadãos que exerciam funções públicas ou privadas. A organização concatenou representantes da Europa ocidental, Japão e Estados Unidos da América em torno de proposições concretas para os problemas que os governos dos Estados Nacionais não estavam conseguindo equacionar. Além disso, a instituição procurou meios de amainar o grande atrito existente entre os Estados Unidos e os demais países capitalistas ocidentais. O "triálogo" é a formação e a

---

[39] Afirmação de Robert Tucker, que Segundo José Luís Fiori era um dos formuladores desta política. A análise deste ponto encontra-se no texto "Estados, Moedas e Desenvolvimento", IN: FIORI, J. L. (org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 78.

articulação intelectual e política deste grupo de representantes das sociedades industrializadas em busca de viabilização do mesmo fenômeno que foi constatado pelo MPNA, a crescente complexidade e a formação da interdependência entre as nações. Este fenômeno fica assim definido:

> **"1. Growing interdependence is a fact of life of the contemporary world. It transcends and influences national systems. It requires new and more intensive forms of international cooperation to realize its benefits and to counteract economic and political nationalism.**
> **"2. This interdependence, especially among Japan, Western Europe, and North America, generates new problems and frictions which endanger not only their well-being but affect adversely the other regions.**
> **"3. Although the risks of nuclear confrontation have diminished, world peace and security are still to be given a lasting basis. New problems have also emerged to heighten the vulnerability of our planet. Humanity is faced with serious risks to the global environment. At the same time shortages in world resources could breed new rivalries, and widening disparities in mankind's economic conditions are a threat to world stability and an affront to social justice.**
> **"4. While it is important to develop greater cooperation among all the countries of the world, Japan, Western Europe, and North America, in view of their great weight in the world economy and their massive relations with one another, bear a special responsibility for developing effective cooperation, both in their own interests and in those of the rest of the world. They share a number of problems which, if not solved, could cause difficulties for all. They must make concerted efforts to deal with the challenge of interdependence they cannot manage separately. The aim must be effective cooperation beneficial to all countries, whatever their political systems or stage of development."40**

Por um outro viés de dificuldades na concretização prática do poder argumentativo da ideologia da NOEI está o enfraquecimento do bloco comunista. Aí também encontraremos as causas da debilidade do associativismo do Terceiro Mundo, que tanto foi atraído pelas novas forças políticas e econômicas dos países industrializados quanto foi afastado do aliado "natural" que se pensavam ser os países do leste europeu. Aqui encontraremos, principalmente por parte dos russos ocidentais e do núcleo duro da burocracia soviética, um intrincado e contraditório processo de "dessolidarização" da URSS com o internacionalismo proletário, com a divisão internacional socialista do trabalho e com o processo de desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo. Todos foram tragados pela eclosão da reestruturação institucional e econômica promovida pelo capitalismo central a partir do choque dos juros, em 1979. Os dirigentes soviéticos ressentiam-se dos custos materiais (com a manutenção de frentes da expansão do socialismo) e os políticos (devido ao constante bloqueio econômico ao bloco como um todo), vítimas eles mesmos das políticas de "ajuda" acima descritas, produziu um ressentimento do "centro" do sistema soviético em relação à sua incapacidade de produzir um efetivo avanço nas condições econômicas dos países do Terceiro Mundo. Uma lenta e

---

[40] http://www.trilateral.org/moreinfo/faqs.htm

complexa reversão da política de beneficiar "áreas de influência socialista" produziu a reorientação da razoavelmente desenvolvida área russa da Europa em direção de um novo pacto internacional no qual eliminava-se o "imperialismo soviético", que passava a ser visto como "contrário aos interesses do centro (Rússia) (...) (criando) uma Rússia independente, numa relação com Estados nacionais "independentes" da União Soviética, (e que) talvez possa explorar esses países e ampliar suas bases de acumulação de capitais".[41]

Esta dupla dimensão das relações econômicas internacionais – o enfraquecimento e dissolução do bloco comunista e o refortalecimento do capitalismo – criaram a partir de 1979 um processo de construção lenta de uma nova ordem internacional na qual estava ainda presente o Terceiro Mundo, o seu subdesenvolvimento, as suas expectativas de articulação de uma nova agenda econômica internacional, mas não mais as forças organizativas e aglutinadoras do MPNA. Elas não foram eliminadas ou sofreram uma reversão das expectativas por parte dos participantes. Simplesmente elas ***perderam a efetividade*** na condução de um verdadeiro diálogo norte-sul.

- . -

Dentre a força e a fraqueza as limitações intrínsecas ao movimento organizativo ensejado por Bandung está no fato de que, tal como na União Européia contemporânea, não existe uma política externa comum nem um exército comum. E o pior: não existe uma integração econômica.

Ao longo dos vinte e cinco anos posteriores a 1979 assistiremos ao desbaratamento das principais linhas de força do movimento associativo do Terceiro Mundo, que não conseguiu sobreviver ao fortíssimo impacto nas transformações promovidas pela elevação da taxa de juros nos títulos da dívida pública norte-americana, o choque dos juros, produzindo a "diplomacia do dólar forte". A importância desta realidade financeira em termos de articulação nas relações internacionais é enorme, pois produziu instrumentos de reformulação dos principais mecanismos econômico-financeiros que foram capazes de transformar a agenda desenvolvimentista dos anos cinqüenta a setenta em um mero apêndice das políticas econômicas dos anos oitenta e noventa e da perspectiva de construção de uma real independência.

O "espírito de Bandung" que funcionou tão bem no interior do MPNA, não encontrou a possibilidade material e política de se estender para o interior do diálogo norte-sul.

---

[41] SANTOS, Theotônio dos. "Unipolaridade ou hegemonia compartilhada", op. cit, p. 78